

# **O caráter dualista na trajetória da educação profissional brasileira: relações com a arte neoliberal de governar**

José Aparecida de Freitas, Doutoranda e Mestre em Educação, UNISC<sup>1</sup>

***Resumo:** Neste trabalho pretendo pensar como o caráter dualista - que consiste no privilégio que a sociedade brasileira direcionou, ao longo das décadas, ao ensino secundário, hoje chamado de ensino médio regular ou formação geral, em detrimento do ensino técnico / educação profissional - fez parte da produção da educação profissional brasileira. A partir dos estudos de Michel Foucault e de outros autores, realiza-se uma experiência metodológica de análise dos discursos que circularam e circulam pelo país em relação à educação profissional, através da análise de obras de estudiosos da trajetória histórica desta modalidade de ensino no Brasil, na tentativa de identificar se o dualismo “ensino regular/ensino técnico” se configura em uma continuidade discursiva ao longo da trajetória da educação profissional brasileira. Ao mesmo tempo, problematiza-se, no presente, a permanência dessa dualidade, enquanto estratégia neoliberal de governo da população brasileira em um período de crise como se vive atualmente no país.*

***Palavras-chave:** Educação profissional; Dualismo; Neoliberalismo; Crise; Reformas*

## **1.Introdução**

Embora a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira tenha completado em 2009 cem anos de existência oficial como investimento do poder público em educação profissional, a formação para o trabalho no Brasil começou a ser feita desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, de forma que “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”. (FONSECA, 1961, p. 68).

---

<sup>1</sup> E-mail: [japarecidafreitas@gmail.com](mailto:japarecidafreitas@gmail.com). A realização do Doutorado em Educação/UNISC tem apoio financeiro do IFSul – Instituto Federal Sul-rio-grandense.

A escravidão no Brasil pode ser entendida, desta forma, como a desencadeadora de um caráter dualista que acompanha a educação profissional em sua trajetória histórica no país. O dualismo das políticas educacionais brasileiras, no âmbito da educação profissional, é o que Santos (2015) assinala como o privilégio que a sociedade brasileira direcionou, ao longo das décadas, ao ensino secundário, hoje chamado de ensino médio regular ou formação geral, em detrimento do ensino técnico / educação profissional. Tal dualidade reside na educação profissional ter tido um caráter assistencialista ao longo de sua história, reservada, por muito tempo, como explica Santos (2015), aos pobres ou “desvalidos da fortuna”, aos operários das fábricas a quem se precisava ensinar os “ofícios manuais”. O ensino secundário seria destinado aos futuros dirigentes do país, filhos da elite, aqueles a quem o ensino superior aguardava.

Neste trabalho, pretendo pensar como o dualismo *ensino regular / ensino técnico*<sup>2</sup> fez parte da produção da educação profissional brasileira e, ao mesmo tempo, problematizar, no presente, a permanência dessa dualidade, enquanto estratégia neoliberal de governo da população brasileira. Para tanto, utilizo como aparato teórico-metodológico os estudos de Celso Suckow Fonseca (1961), Luiz Antônio Cunha (2000) e Jailson Alves dos Santos (2015) para analisar a trajetória histórica da educação profissional no Brasil; bem como, analiso a arte de governar neoliberal em consonância com o pensamento de Michel Foucault (2008, 2016) e, ainda, penso a situação contemporânea de crise e reformas educacionais (elaboradas em resposta a essa crise, mas que também a produzem) a partir de autores como Zigmunt Bauman e Carlo Bordoni (2016) e Roberto Dias da Silva (2017)<sup>3</sup>. A partir dos estudos desses autores, realizarei uma experiência metodológica de análise dos discursos<sup>4</sup> que circularam e circulam pelo país em relação à educação profissional, na tentativa de identificar se o dualismo *ensino regular/ensino técnico* se configura em uma continuidade discursiva ao longo da trajetória da educação profissional brasileira.

Como organização deste artigo, na seção de número dois trago discussões realizadas por alguns dos autores acima citados sobre a educação profissional e sua relação com a escravidão

---

<sup>2</sup> Poderia utilizar também nomenclaturas como *ensino médio/ educação profissional; ensino secundário / ensino técnico; formação geral / formação técnica...* que fazem parte do universo discursivo da educação profissional, transformando-se de época em época. Porém, opto pela expressão *ensino regular / ensino técnico* por sintetizar, no meu entendimento, os atravessamentos discursivos da educação profissional em sua trajetória no Brasil.

<sup>3</sup> Outros autores que dialogam com o pensamento de Michel Foucault também são citados no artigo.

<sup>4</sup> Foucault (2011, p. 111 -112) admite que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, ele constitui sujeitos e os governa, e pode ser, “também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo”.

no Brasil, procurando demonstrar como o dualismo *ensino técnico/ensino regular*, produzido desde então, passa pela era Vargas - nos anos 1930 – 1945 – e pelo regime militar – nos anos 1964 – 1985 – até chegar aos anos 1990, com a redemocratização do país pós-ditadura militar em um contexto de globalização da economia e início efetivo da racionalidade neoliberal no Brasil. Na seção número três procuro relacionar o neoliberalismo, as crises e reformas educacionais atuais com a dualidade em questão, analisando esses processos a partir da obra de Michel Foucault e de outros autores.

## **2. A educação profissional e sua relação com o trabalho escravocrata no Brasil**

A partir da introdução do escravo em determinadas ocupações, que eram desenvolvidas por intermédio da força física e pela utilização das mãos, verificou-se, segundo Santos (2015) e Cunha (2000), o afastamento dos indivíduos livres das referidas atividades. Segundo os autores, o tratamento discriminatório dado às diversas ocupações manuais que ocorreu no Brasil-colônia foi uma das razões que levou à aprendizagem das profissões.

A mentalidade conservadora de destinar tal ramo de ensino aos humildes, pobres e desvalidos, discriminando as ocupações antes atribuídas somente aos escravos, permanece sem significativas mudanças na educação profissional brasileira até a década de 1930, passando pelo período Colonial, Imperial e pela Primeira República<sup>5</sup> com criações de escolas de ensino técnico (Colégio das Fábricas – 1809; Liceus de Artes e Ofícios – século XIX; Escolas de Aprendizes e Artífices - 1909 – século XX) em que a baixa eficiência (edifícios inadequados, oficinas precárias, escassez de mestres de ofícios especializados e professores qualificados) e os altos índices de evasão eram características comuns.

Os anos 1930 exigiram mudanças na educação brasileira. Com a Revolução de 30, a destituição do presidente Washington Luiz e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, além de uma industrialização em larga escala, em substituição ao modelo agroexportador, em queda devido à crise do capitalismo internacional dos anos 20 e, ainda, um crescimento vertiginoso da população urbana, novas estratégias educacionais foram necessárias para a preparação da força de trabalho. Segundo Santos (2015), esse contexto levou Vargas à criação do Ministério

---

<sup>5</sup> Para maiores detalhes sobre a educação profissional em cada período da história do Brasil, inclusive com referência às mudanças na legislação sobre o tema, sugiro a leitura de Santos (2015), Fonseca (1961) e Cunha (2000).

da Educação e da Saúde, em 1930, e da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, dentre outras medidas.

Bernadete Beserra e Rémi Lavergne (2018) afirmam que a era Vargas caracterizou-se por duas dinâmicas: a construção de uma identidade nacional indispensável para a expansão da indústria brasileira e com a qual as classes sociais pudessem se identificar e a extensão às massas populares do direito à educação escolar, também necessária à produção de uma nação moderna. Os autores explicam que Vargas incentivou a educação e a cultura com o objetivo de construir uma narrativa e sentimentos de brasilidade. O mestiço<sup>6</sup>, figura emblemática e genérica do brasileiro, até então rejeitado, passou a ser celebrado. Formar o brasileiro para as demandas da nova sociedade tornou-se a missão da escola pública e dos cursos profissionalizantes privilegiados por Vargas.

Porém, o governo populista de Getúlio Vargas, conforme Beserra e Lavergne (2018, p.88), estava impossibilitado, politicamente, de constituir um sistema nacional de educação que igualmente atendesse aos “pobres” e aos “ricos”. O pacto social que sustentava o governo Vargas reivindicava a proteção de interesses privados e a manutenção da divisão “instrução de pobre” e “instrução de rico”, até hoje principal característica do sistema educacional brasileiro. Acrescentam os autores que, para as classes abastadas, o percurso era do primário ao ginásio, do ginásio ao colégio e, posteriormente, ao curso superior. Já para as classes trabalhadoras, o caminho era o que ia do primário aos cursos profissionalizantes. Dualismo mantido.

Nesse longo processo histórico, enquanto a equivalência entre educação profissional e ensino médio não era garantida, o que veio a ocorrer somente com a LDB de 1961 (BRASIL, 1961), os concluintes de um curso técnico em nível médio não estavam aptos a concorrer às vagas do ensino superior. Segundo Santos (2015), a LDB de 1961 manifesta a articulação completa entre os ensinos secundário e profissional, permitindo com isso o ingresso em qualquer curso do ensino superior para qualquer aluno que tivesse concluído o ramo secundário ou profissional. A equivalência estabelecida pela LDB de 1961 não conseguiu superar a dualidade, pois o ensino secundário continuou privilegiado e reconhecido

---

<sup>6</sup> Segundo Beserra e Lavergne (2018), com a Independência, em 1822, surgira a questão do Brasil enquanto nação e não mais colônia portuguesa. A partir de então, intelectuais, políticos e artistas, brasileiros e estrangeiros, passam a se indagar sobre o Brasil, inclusive a própria viabilidade como nação é questionada desde o princípio, em função da constituição *racial* do seu povo. Coube a Gilberto Freyre, segundo os autores, a reorientação do foco das interpretações do Brasil, com a publicação de *Casa Grande e Senzala*, em 1933, onde Freyre apresenta as “raças” sob o ponto de vista de sua contribuição cultural para a formação do país. O mestiço brasileiro transformava-se num importante suporte de positividade e esperança.

socialmente. “Apenas 5% do número de matrículas correspondiam aos ramos industrial e agrícola; sendo que 50% correspondiam ao secundário e 45% aos ramos normal e comercial” (SANTOS, 2015, p. 219).

A LDB de 1961 (elaborada no período de redemocratização do país após a era Vargas) foi substituída pela LDB de 1971 (BRASIL, 1971), organizada no regime ditatorial militar, em que o ensino profissional se tornou compulsório, devendo fazer parte de todos os cursos de ensino médio (então 2º grau). Essa reforma, afirma Santos (2015), não produziu nem a profissionalização nem o ensino propedêutico. O autor explica os fatores que contribuíram para o fracasso do ensino de 2º grau profissionalizante: falta de recursos materiais e humanos para a manutenção, por parte do poder público, de uma extensa rede de escolas e resistência dos empresários em admitir profissionais oriundos dos cursos de 2º grau. Santos (2015) salienta que a dualidade do sistema educacional estava mantida, dessa vez escondida em um projeto que, aparentemente, apresenta uma estrutura de ensino médio em que a profissionalização deveria abranger a todos, indiscriminadamente.

A LDB de 1996 (BRASIL, 1996) restituiu a equivalência entre os ramos de ensino, porém o Decreto 2208/1997 (BRASIL, 1997), que a regulamentou, restringiu o acesso ao ensino superior apenas aos estudantes que tiverem concluído a etapa de formação geral do ensino médio. Apenas com o Decreto 5154 de 2004 (BRASIL, 2004) têm-se assegurada a plena equivalência de certificações entre os cursos técnicos da educação profissional de nível médio e o ensino médio regular.

A partir de então, na primeira década do século XXI, o discurso de uma nova educação profissional se construía, marcando sua posição contrária ao que se propagava na década anterior: o princípio unitário e educativo do trabalho e o conceito de mundo do trabalho contribuiriam para a superação dos limites estreitos do enfoque economicista, preso à proposta que impõe à educação profissional a função do mero ajuste da força de trabalho às demandas do aparelho produtivo. (MEC, 2003).

### **3. Neoliberalismo, crise, reformas educacionais e o dualismo atual**

Em 2008, a Lei 11.892 (BRASIL, 2008) instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e consolida o chamado período de expansão da Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica. O caráter assistencialista e dualista que historicamente acompanhou a educação profissional deveria ser substituído por um novo projeto, cujo foco se desloca para a qualidade social.

Uma situação de crise, porém, atinge todas as esferas do poder público, a partir de 2015. Confirmam essa situação de crise as notícias dos jornais do período. Em 01 de janeiro de 2016, o jornal *O Estado de São Paulo* (2016) publicava uma notícia com a seguinte manchete: “No ano do lema ‘Pátria Educadora’, MEC perde R\$ 10,5 bi, ou 10% do orçamento”. O jornal informava ainda que, antes mesmo de oficializar o repesamento de orçamento no âmbito do ajuste fiscal, os cortes atingiram programas como o Financiamento Estudantil (FIES) e o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2016).

As Universidades Federais e os Institutos Federais, segundo o jornal *O Dia* (2016), vivem grave crise financeira, com redução de programas, contratos e até dificuldades para pagar contas. Segundo cálculos de gestores, seriam cerca de R\$ 350 milhões a menos em investimentos para as 63 federais – na comparação com os R\$ 900 milhões previstos para o setor em 2016.

Uma característica especial das crises contemporâneas, conforme Bauman e Bordoni (2016), é a sua duração. Parece que nunca vai acabar. As crises, vagas e generalizadas, progridem muito lentamente, em contraste com a velocidade das demais atividades humanas. Quando uma crise acaba, outra entra em cena e toma seu lugar. Nós temos de nos habituar a conviver com a crise. Pois a crise está aqui para ficar. (BAUMAN; BORDONI, 2016, p. 15).

O fato de as crises produzidas na sociedade contemporânea aparentemente serem infinitas remete à produção das mesmas pelo neoliberalismo. O que chamamos de neoliberalismo é uma arte de governo, segundo Foucault (2008). A capacidade de nos autogovernarmos mais e melhor está imbricada, conforme o autor, em um importante conceito, o de governamentalidade. Foucault (2016, p. 429) explica que, com essa palavra, quer dizer:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. [...].

O que Foucault vai chamar de táticas, tecnologias, “mecanismos ou dispositivos de segurança”, são racionalidades que exercem o poder não diretamente nos sujeitos, mas mediante intervenções mais ou menos pontuais no meio em que os sujeitos vivem. É produzida, no caso do neoliberalismo, uma sociedade espelhada no modelo-empresa, cuja lógica está pautada no investimento perene no capital humano, na competitividade, na liberdade e na (hiper)responsabilização individual.

Podemos perceber a importância da educação nesse processo. Na contemporaneidade, os meios pelos quais os sujeitos acessam a educação transcenderam em larga escala a educação escolar, mas não prescindiram dela, efetivamente. Não há, nessa lógica, uma formação educacional acabada, não há formação definitiva. Ideias como educação permanente, indivíduo aprendiz, formação continuada, empreendedorismo, entre outras, constituem o nexo que relaciona os sujeitos ao neoliberalismo.

Roberto Dias da Silva (2017) afirma que as políticas implementadas neste contexto tomam a própria noção de “crise” como operador estratégico para sua racionalidade. Emerge um novo modo de governabilidade que consiste em usar a crise como ponto crucial para acelerar o estabelecimento da lógica de mercado e as regras de concorrência no âmago do emprego e da sociedade. A intensificação na gramática da crise política, de forma ambivalente, segundo Silva (2017) justifica a mobilização de reformas permanentes. Neste cenário, então, podemos encontrar os atuais movimentos de reforma engendrados pelo Estado brasileiro, dentre essas reformas, cabe destaque, por sua relação com a educação profissional, a reforma do Ensino Médio<sup>7</sup>.

Tal reforma investe em um Ensino Médio que permita percursos formativos aliados a uma formação técnica ou profissional e que possa fazer emergir um jovem forjado no empreendedorismo. Num universo escolar institucionalmente unificado, mas socialmente diversificado, onde cada indivíduo torna-se responsável por seu próprio destino escolar, a

---

<sup>7</sup> A reforma do Ensino Médio, Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), dentre outras mudanças, prevê a segmentação de disciplinas, com uma parte obrigatória e outra optativa, o aumento da carga horária e a implantação do ensino integral. Haverá uma base curricular comum a todas as escolas (60% das disciplinas) e uma parte flexível (40%), que poderá ser adaptada à realidade de cada região. O currículo será definido a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de “itinerários formativos” correspondentes a cinco áreas do conhecimento: linguagem e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; e formação técnica e profissional. As escolas não serão obrigadas a oferecer todas as cinco áreas, mas terão de ofertar ao menos uma delas. A reforma aumenta a carga horária do Ensino Médio das atuais 800 horas anuais (4 horas por dia) para no mínimo 1.000 (5 horas por dia) até 2022.

tendência à individualização dos percursos se acentua. Esse processo pode converter os estudantes em estrategistas de seus percursos; porém, partindo de recursos desiguais. Este cenário, segundo Silva (2017) pode reforçar o histórico dualismo das políticas educacionais brasileiras, intensificado com a emergência de novas precariedades. A partir dessa análise de Silva (2017) é pertinente pensar que o caráter dualista da educação profissional ainda se mantém em nosso país, agora atendendo às estratégias meritocráticas de ascensão social da governamentalidade neoliberal.

### **Considerações finais**

Diante dessa discussão, que reflexão se coloca? O que se concentra, neste momento de crise, é o questionamento a respeito desse processo: essa dualidade está totalmente “resolvida”? Como se observa nas discussões deste texto, a educação profissional se constrói, no Brasil, como uma continuidade discursiva, de certa forma, em relação a essa dualidade. O discurso do ensino técnico ainda está ligado à formação dos menos favorecidos, dos trabalhadores do mercado, ou seja, à preparação da mão-de-obra necessária ao desenvolvimento econômico e social do país – o que é positivo, necessário e louvável que ocorra – porém, desta forma, também legitima um discurso neoliberal, que pretende manter uma educação para os “pobres” e outra para os “ricos”?

Viver em estado de crise não é agradável, mas pode ter seu lado positivo, pois mantém os sentidos vigilantes e alertas. Bauman e Bordoni (2016) defendem que a crise na contemporaneidade transmite uma imagem de momento de transição de uma condição anterior para uma nova – de uma transição que se presta necessariamente ao crescimento, como prelúdio de uma melhoria para um status diferente, um passo adiante decisivo. Nesse sentido, pensar a educação profissional brasileira neste momento de crise é importante para que a ansiedade do sentimento de incerteza que este processo agrega se transforme em fortalecimento das faculdades críticas e autocríticas e em coragem necessária para assumir a responsabilidade de enfrentar possíveis mudanças.

## Referências

- BAUMAN, Zigmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BESERRA, Bernadete de L. R.; LAVERGNE, Rémi Fernand. **Racismo e educação no Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2018.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. 1961. Acesso em: 10 Set. 2018.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. 1971. Acesso em: 10 Set. 2018.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). 1996. Acesso em: 10 Set. 2018.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Decreto nº 2208 de 17 de abril de 1997**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm). 1997. Acesso em: 10 Set. 2018.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). 2004. Acesso em: 10 Set. 2018.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007.../2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007.../2008/lei/11892.htm). 2008. Acesso em: 10 Set. 2018.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). 2017. Acesso em: 24 mar. 2018.
- CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago, 2000, Nº 14.
- FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.
- \_\_\_\_\_. A governamentalidade. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. p. 407 – 431.
- MEC. Educação Profissional: Concepções, Experiências, Problemas e Propostas. 2003. **Anais...** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/semina\\_ept03\\_anais.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/semina_ept03_anais.pdf). Acesso em: 10 Set. 2018.
- O DIA. **Universidades federais deverão ter corte de até 45% nos investimentos**. 2016. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/educacao/2016/08/11/universidades-federais-deverao-ter-corte-de-ate-45-nos-investimentos.print>. Acesso em: 10 Set. 2018.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. **No ano do lema ‘Pátria Educadora’, MEC perde R\$ 10,5 bi, ou 10% do orçamento**. 2016. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,no-ano-do-lema-patria-educadora--mec-perde-r-10-5-bi--ou-10-do-orcamento,1817192>. Acesso em: 10 Set. 2018.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 5.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 205 – 224.

SILVA, Roberto Dias da. **No discurso de crises, a busca por uma educação utilitarista e neoliberal**. 2017. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6884-no-discurso-de-criises-a-busca-por-uma-educacao-utilitarista-e-neoliberal>. Acesso em: 10 Set. 2018.